

FEP | ANO

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica nº 1833, de 15 de maio 2020, e não pode ser vendido separadamente

by **think.**

COVID-19: Uma nova crise? A new crisis?

A pandemia alterou hábitos e rotinas e promete deixar profundas cicatrizes na economia. Será a aurora de uma nova crise?

The pandemic has changed habits and routines and it promises to leave deep scars on the economy. Will it be the dawn of a new crisis?

Entrevista a Elisa Ferreira Os desafios da coesão europeia na resposta à pandemia



Eutanásia

Analisamos as cinco propostas de despenalização aprovadas no Parlamento e confrontamos os principais argumentos

Política europeia

A extrema-direita tem vindo a ganhar força na Europa. Como será o futuro político do velho continente?

Nesta edição

COVID-19

- 3 (Preven)ir é o melhor remédio: comparando Macau e Itália
- 4 O sobressalto elucidativo
- 5 A pandemia exposta num tabuleiro de Monopoly
- 6 COVID-19: duro golpe numa economia global que já cambaleava
- 6 COVID-19: the global pandemic that put the economy on its knees
- 7 Coronavirus: the new Great Recession?

Entrevista

- 8 Entrevista a Elisa Ferreira
Os desafios da coesão europeia na resposta à pandemia

Política europeia

- 11 The boundaries of Economical discussion
- 12 A ascensão da extrema-direita na Alemanha e na Europa

Eutanásia

- 12 A eutanásia em Portugal
- 13 Uma questão de liberdade e respeito
- 13 Eutanásia – um olhar sobre a dignidade e o exemplo

Foreign Exchange

- 14 Foreign Exchange - Behind the trend

Espaço cultural

- 14 Uma breve retrospectiva do Festival Eurovisão da Canção
- 15 Agenda cultural



Até breve!

Apresentamos a 41.ª edição do Fepiano, uma edição que tem um significado bastante especial para a nossa equipa: para além de ser a última deste ano letivo, assinala o sétimo aniversário do Fepiano e a primeira primavera do grupo FINK.

O seu principal destaque é, inevitavelmente, a entrevista. Elisa Ferreira, atual comissária europeia da Coesão e Reformas e ex-vice-governadora do Banco de Portugal, fala-nos acerca da musculada resposta europeia à pandemia, nomeadamente no âmbito das políticas de coesão e da política monetária a ser implementada pelo BCE.

Adicionalmente, destacamos que, doravante, tal como antecipámos na edição anterior, a língua de Shakespeare vai passar a ter uma presença mais premente no Fepiano. Inauguramos o espaço a ela dedicado com dois artigos sobre a pandemia e um terceiro que explora algumas das questões fundamentais da Economia enquanto ciência.

Relativamente aos temas abordados, esta edição é dedicada ao assunto do momento – a COVID-19. A pandemia teve já um profundo impacto no nosso quotidiano e ameaça deixar uma grande ferida na economia. Irá esta ferida sarar rapidamente ou constituirá o início de uma nova e prolongada crise económica?

De seguida, fazemos uma análise às cinco propostas de despenalização da eutanásia que foram aprovadas no Parlamento em fevereiro, e encorajamos a discussão sobre o tema, explorando os principais argumentos dos apoiantes e dos opositores da medida. Além do mais, abordamos a problemática do ressurgimento da extrema-direita na Europa, nomeadamente na Alemanha.

Por último, após uma análise da evolução do mercado cambial durante o mês de abril, elaborada pelo FEP Finance Club, há o habitual espaço cultural. Desta vez, relatamos os principais destaques da participação portuguesa no festival da Eurovisão, num ano em que, dadas as circunstâncias em que vivemos, o festival não irá ser realizado. A agenda cultural desta edição é também muito especial: devido ao distanciamento social a que a pandemia ainda obriga, todas as nossas sugestões referem-se a atividades e eventos culturais que podem ser desfrutados a partir de casa. Livros, podcasts, filmes, séries, até teatro online – as sugestões são vastas. Já não há desculpa para o aborrecimento!

Nesta que é a nossa última edição enquanto coordenadores, nós, a atual coordenação, esperamos ter correspondido às expectativas dos leitores e desejamos votos de grande sucesso à equipa futura e a todos os que nos leem, sobretudo aqueles para os quais este é o último ano de faculdade!

Finalmente, queremos deixar o nosso agradecimento a todos os leitores que nos acompanham e a todos aqueles que, ao longo destes sete anos, passaram por esta casa e que, através do seu trabalho, ajudaram a construir o que o Fepiano e a FINK são hoje.

Despedimo-nos com a convicção de que, no próximo ano, a FINK e o Fepiano continuarão a crescer, com novas ideias e uma equipa renovada, mas mantendo, acima de tudo, a qualidade e matriz que nos caracterizam. Até breve!

FINK. Pensamos juntos.

FEPIANO
41.ª edição, maio 2020

Coordenação
Duarte Brito
João Tavares

Revisão
Bernardo Marta
João Paulo Mota
João Tavares
Joaquim Couto
Maria João Leandro
Tiago Martinez
Tomás Paiva

Arranjo gráfico e paginação
Célia César
(Grupo Editorial Vida Económica, S. A.)

Design
João Tavares

Capa e contracapa
Camila Araújo
João Tavares

Contactos
Facebook: /fepianojournal
Instagram: /finkfep
E-mail: fepiano@fep.up.pt
Issuu: issuu.com/fepiano

Duarte Brito e
João Tavares



(Preven)ir é o melhor remédio: comparando Macau e Itália



Opinião

de Camila Araújo

Macau e Itália são parte do conjunto de países infetados pelo vírus da COVID-19, mas o número de casos em cada um deles é um fator de surpresa por razões opostas. A análise cronológica gera questões sobre a atuação preventiva das autoridades.

Enquanto a China lidava com o aparecimento do que, na altura, apenas se pensava ser uma “pneumonia de origem desconhecida”, com 509 casos positivos e 17 mortes na província de Hubei, a região de Macau, com zero casos, já controlava a temperatura corporal nos portos e beneficiava das medidas decretadas pelo governo central, como a proibição de voos a partir e para a região onde o foco de contágio começou. Macau avançou com medidas preventivas três dias após o aparecimento do primeiro caso de um cidadão não macaense, a 22 de janeiro de 2020, que incluíam o uso obrigatório de máscaras de proteção para os trabalhadores dos casinos, a desinfecção dos sistemas de ventilação de aeroportos, estações e centros comerciais, o cancelamento das celebrações do Novo Ano Lunar, bem como de outras atividades, e a definição do preço das máscaras a preço de custo para residentes e trabalhadores não residentes. Desde então, o chefe de governo foi apelando à população a permanecer no território e, no caso de um indivíduo ter sintomas, a ficar em casa, de forma evitar o risco de novas contaminações. No dia 26 de janeiro, já com cinco casos confirmados, casos esses importados a partir dos acessos marítimos e terrestres, foi imposta a todas as pessoas que tivessem estado em Hubei nos catorze dias anteriores a apresentação de uma declaração médica, atestando que tenham feito quarentena e que tenham testado negativo para a COVID-19. Ao sétimo caso, as férias do Ano Novo chinês foram prolongadas, a polícia local continuou a contactar todos os originários de Hubei que ainda estariam no território e as escolas e recintos desportivos continuaram fechados, bem como os serviços públicos. Por esta altura, os casinos de Macau registavam uma queda de 11,3% das receitas brutas de jogo.

Macau permaneceu sem nenhum caso positivo de COVID-19 durante quarenta dias, surpreendendo todo o mundo

O primeiro caso de um cidadão macaense aparece no dia 3 de fevereiro. Nesse dia, o uso de máscara passa a ser obrigatório em táxis, autocarros, metro ligeiro e casinos. No dia 5 de fevereiro, com dez casos confirmados, o corte das linhas marítimas entre Macau e Hong-Kong é imposto, bem como a suspensão da atividade dos 41 casinos, incluindo cinemas, espaços de entretenimento, salas de jogos, teatros, bares, discotecas e clubes noturnos. Macau permaneceu sem nenhum caso positivo de COVID-19 durante quarenta dias, surpreendendo todo o mundo. Mantém-se a obrigação do uso de máscaras até aos dias de hoje.

Durante este período, do outro lado do mundo, Itália já registava dois casos positivos, confirmados no dia 31 de janeiro: um casal chinês que viajou para o território, levando ao decreto do estado de emergência com a duração de 6 meses e ao cancelamento dos

voos de e para a China. Itália foi dos primeiros países europeus a implementar este tipo de medidas. Por esta altura, os governadores das regiões do Norte pediam ao governo central isolamento para que todos os que regressem ao território italiano provenientes da China. Entretanto, uma vez que nenhuma medida restritiva em relação aos eventos foi tomada, entre os dias 9 e 11 de fevereiro realizou-se, em Milão, a Feira Internacional de Turismo (BIT) reunindo cerca 40 mil pessoas, desde jornalistas a viajantes. Outras ações preventivas envolvendo eventos culturais e desportivos foram implementadas já numa fase de aumento dos casos, como a suspensão dos Jogos da Serie A, no dia 4 de março, uma altura em que Itália registava 2502 casos. Três semanas depois do aparecimento dos primeiros casos, o dia 21 de fevereiro começa com o anúncio do primeiro cidadão italiano a dar positivo, em Codogno, para o novo coronavírus – um homem de 38 anos, trabalhador da Unilever, que inicialmente se pensava ter sido infetado depois de jantar com um amigo que teria estado na China. No entanto, não foi esse o caso, continuando, até aos dias de hoje, a ser desconhecido o ponto de contágio deste senhor. As autoridades prontamente começaram a recriar todos os passos deste homem, colocando em isolamento imediato 250 pessoas, que potencialmente tinham estado em contacto com ele. No final desse dia, já dezassete pessoas tinham testado positivo para a COVID-19, com a região da Lombardia a tornar-se o principal foco da pandemia. Muitas suspeitas indicam que o vírus já circulava em Itália muito antes, mas que os infetados teriam sido tratados como casos de pneumonia, tornando o meio hospitalar um possível foco de contágio.

Macau: 45 casos e 0 mortes. Itália: 214.457 casos e 29.684 mortes (7 de maio de 2020)

Em três dias, os casos explodem para 229 e registam-se seis mortes. Dez cidades da região da Lombardia são postas em quarentena geográfica, as universidades, escolas, museus e monumentos são fechados em toda a região norte e a quarentena obrigatória de catorze dias é imposta a quem entrar na região sul depois de ter estado no Norte. Nesse dia, Itália passa a ser o país com mais casos, depois da China e da Coreia do Sul. No dia 26 de fevereiro, o país contava com 322 pessoas infetadas. Uma outra preocupação surge com o aparecimento de casos importados de Itália nos restantes países europeus, começando linhas de contágio nesses mesmos países, como foi o caso de Espanha e Portugal. Deste dia em diante, os números de casos positivos e de mortes atingiram proporções inimagináveis.

Muitos e importantes fatores dividem as duas regiões apresentadas, nomeadamente dimensão, popu-

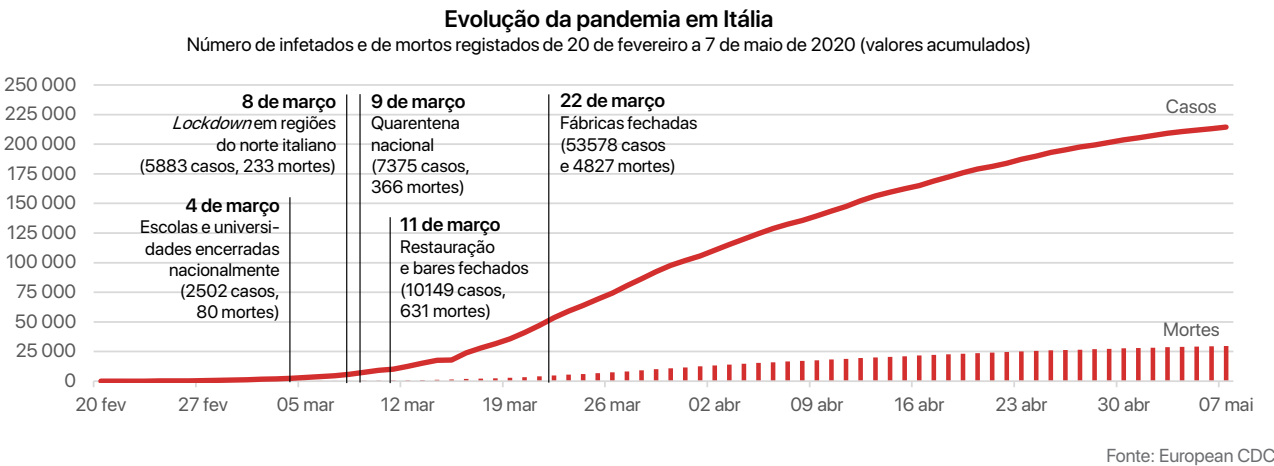


Créditos:Liam Burnett-Blue / Unsplash

lação, fatores sociais, a forma como encaram as medidas governamentais e mesmo razões históricas, uma vez que Macau já sofreu em tempos passados com um outro tipo de coronavírus, o SARS.

Hoje em dia, em Macau, a preocupação aumenta em relação aos casos importados – no dia 7 de maio, o total de casos passa para 45, todos importados de países como Portugal e Espanha. Por outro lado, Itália registou, no dia 7 de maio, 214.457 casos positivos e um assombroso número de 29.684 mortes. Itália, apesar de ter sido proativa nas restrições em relação aos cidadãos retornados da China, não implementou medidas preventivas em relação ao contacto social local nas semanas em que se registaram os primeiros casos no território. A questão põe-se: será que, se essas medidas de contenção social tivessem sido tomadas em Itália, seriam realmente cumpridas pelos cidadãos? Imagens e relatos de festas e aglomerados sociais em praias e noutros espaços de convívio correram o mundo, mesmo depois dos apelos governamentais em Itália e em países como Portugal. Já nos países do continente asiático, continua a existir um maior rigor no cumprimento de medidas impostas pelo governo, devido a questões culturais e políticas.

Nota: Dados relativos a Itália retirados de relatórios do Centro Europeu de Controlo de Doenças (ECDC). Dados relativos a Macau retirados do site oficial do governo de Macau criado para esse propósito.



O sobressalto elucidativo



Opinião
de Bernardo Marta

Não previmos nem imaginámos estes tempos de excecionalidade. A COVID-19, esse nome que carrega muito mais do que a designação da doença, é o maior símbolo da incerteza destes dias e do sofrimento crescente que estamos conscientes de que vem vindo.

Estou a escrever a vinte e sete de março e, embora já tenhamos entrado em estado de emergência há cerca de uma semana, ainda há gente nas ruas violando reiteradamente as recomendações. Tenho pensado em como classificar estas pessoas, uma procura de palavras certas que carreguem verdade, sem tibiezas. São potencialmente homicidas. Gostava de dizer que o seriam por negligência, mas para isso teriam de ser bastante desinformados, um cenário difícil de aceitar dada a disseminação abrangente da informação. E quem vê esta gente e não denuncia, o que será? Não denunciei sempre, o que sou? Quando denunciei mais ninguém da vizinhança o fez, o que são eles? Não sei bem, mas pelo menos covardes seremos, uns mais que outros. Esta dimensão do civismo muitas vezes esquecida, a denúncia, é indispensável para manter em casa os tais potenciais homicidas, a re-provação social tem essa força.

Esta experiência vai moldar-nos de forma intensa pela sua singularidade

Esta pandemia altera as nossas vidas de forma tão abrupta. Aliás, não é a pandemia que o faz diretamente, é o medo da morte e da perda que o faz. Esse medo, sim, é causado pela pandemia. Como um microscópico agente, cada vez menos misterioso, mas mesmo assim o sendo, nos ameaça e se torna a maior preocupação da humanidade... Esta experiência vai moldar-nos de forma intensa pela sua singularidade, deixar-nos-á num cruzamento de caminhos tão perigosos como ascensores, tudo dependerá do sucesso da resposta aos vários níveis. A congelção das mentalidades não é impossível, mas parece-me improvável. Temos de estar preparados para os necrófagos que espreitam ansiosos por engordarem com a desgraça e expandirem a sua cosmovisão de pequenez. Espero antes que surja um multilateralismo fortalecido, base forte de um progresso mundial. Teremos de aguardar para conhecer o futuro... Mas que sejamos agentes da sua construção, ao invés de sermos apenas conduzidos pela vontade alheia.

A escassez e os preços exorbitantes de equipamento de proteção individual, ventiladores e outros recursos atualmente indispensáveis não passam à margem de ninguém. As autoridades já desencadearam ações contra o lucro ilegal de alguma gente (voltamos à importância da denúncia), porém o risco de o mercado excluir cidadãos é grande e inadmissível. Mas o que fazer com as empresas comprovadamente geridas por criminosos? É proporcional afastar essa gente e privá-las da sua propriedade de evidente interesse público, para que elas possam ser corretamente geridas por outros (públicos ou privados) sem mácula na idoneidade? Parece-me ser justo, mas é pre-

ciso que existam provas inequívocas, processo e julgamento que, para ser atempado, terá de ter prioridade. Precisamos também de aumentar a produção com reconversão industrial, diminuindo ao máximo a escassez, tudo isto se tornará muito mais eficaz se houver coordenação internacional.

Tudo dependerá do sucesso da resposta aos vários níveis

Temos de articular os esforços no sentido de salvar o maior número de pessoas possível. Esta ideia tão banal parece ter passado para um segundo plano para alguns. O tema da prioridade no acesso a determinados cuidados médicos é importante e, em certa medida, é parte do primeiro objetivo. Contudo, existe uma dimensão dos recursos (anteriormente mencionada) que escapa às fatalistas prioridades. Essas tais regras de quase morte ou possível salvação serão tão menos rígidas quanto maior for a capacidade do sistema e, portanto, menos questões éticas levantaram. Essas questões não têm respostas fáceis, não só pela dureza da morte, mas também pelos conflitos entre justiça e eficácia. As gradações de direito a cuidados médicos que serão feitas não resultam de nenhuma ordem fácil ou natural, são antes decisões humanas que deverão estar sob o escrutínio público da democracia. Isto não significa que a decisão desses critérios deva ser definida ou modificada nos moldes do voto universal, apenas que as massas farão apreciações públicas diversas. Ademais, a falta de uma ética universal não permite uma categorização absoluta quanto à bondade do que será feito e de todas as outras possibilidades. Vemos aqui a diversidade, a falta de consenso que cria esta paisagem intelectual. Estamos num ponto científico onde, regra geral, acreditamos que o nosso intelecto deriva dos nossos próprios genes e também da nossa experiência de vida. Há aqui um paralelismo estranho com o que vivemos. Cada indivíduo tem uma resistência (ou vulnerabilidade) à COVID-19 que depende também dos seus genes e das suas experiências passadas e presentes. Com este conjugar da herança molecular e possíveis modificações com a história de vida individual, certamente percebemos que há uma enorme aleatoriedade e descontrolo. Essas gigantescas características da vida ganham abruptamente uma nitidez ímpar, por obra do fenómeno pandémico também delas emergido.

Essas gigantescas características da vida ganham abruptamente uma nitidez ímpar, por obra do fenómeno pandémico também delas emergido

Não podemos esquecer que o nosso dever não se cinge apenas às fronteiras portuguesas. O dever que temos para com todos os outros não é menor e, por isso, deve ser alvo de rigorosa refle-



Créditos: Gustavo Fring / Pexels

xão. Outras geografias que não a nossa já foram e continuam a ser palcos de catástrofes bem mais mortíferas, porém os nossos olhos ocidentais tendem a observar com distanciamento como se de ficção se tratasse. Sejamos sinceros em assumir que, como sociedade, preferimos manter um pouco mais de conforto do que matar fomes, parar de vender armas letais ou construir mais casas ou escolas onde elas escasseiam. Dir-me-ão

Temos de articular os esforços no sentido de salvar o maior número de pessoas possível

que sou um internacionalista ingénuo e utópico... Reconheço que pode haver aproveitamento por entidades sinistras, mas isso é obstáculo incontornável ou apenas tática desculpabilizante? José Barata-Moura escreveu e cantou sob o título “Caridadezinha” acerca de “quem rouba, mas dá prenda”; embora esteja ideologicamente afastado não posso deixar de rejeitar veementemente as falsas ajudas. O multilateralismo que já venho mencionando, deve ter uma dimensão verdadeiramente solidária e não apenas uma caridadezinha. Mencionar agora a falta de uma ética universal é possível, mas que se assuma com frontalidade o que se defende. Posteriormente, como resposta, surgirão pareceres, também eles com base ética, sobre a bondade dos valores assumidos. Voltamos a uma dinâmica de civismo, dinâmica essa suportada por uma ética não universal, mas com mínimos derivados da nossa interação social que impedem grosserias várias. Infelizmente, essa via cívica precisa de um cultivo significativamente maior.

A pandemia exposta num tabuleiro de Monopoly

A primeira grande pandemia na era da globalização implicará uma forte intervenção estatal na economia e sociedade. Não é um ataque ao liberalismo ou à democracia, mas sim a melhor forma de os restabelecer.



Opinião

de Duarte Brito

Vivemos momentos sem precedentes na história da economia mundial. Porém, antes de analisarmos e estudarmos qualquer problemática sobre esta ou outra crise económica, precisamos, primeiro, de compreender o verdadeiro conceito de economia.

Imaginemos a economia simplificada a um jogo de Monopoly, onde uns estariam a colocar as suas primeiras casas ou a substituí-las, quem sabe, por hotéis, contrastando com aqueles que hipotecam as suas cartas, de forma a conseguirem pagar o aluguer. Em suma, o normal funcionamento da economia.

Algo plausível (e, diria até, suposto) é a falência de uns contrastar com o sucesso de um só jogador. Se pensarmos bem na questão, não deixa de ser interessante a lição marxista debaixo de um simples tabuleiro: um salário de subsistência, recebido pela classe explorada, sob a forma de passagem na casa de partida, que será diluído por impostos e pagamentos de rendas à classe exploradora, proprietária dos grandes terrenos, dos Rossios e das Ruas Augustas.

No entanto, esquecendo, por enquanto, esta tese (perfeitamente discutível, até pela dinâmica que o capitalista gera na economia), façamos um pequeno exercício: imaginemos, agora, que todos os jogadores hipotecavam sucessivamente as suas propriedades, cancelavam todos os seus investimentos, de forma a obterem a liquidez necessária para continuarem a sua tarde animada. Isto é, os jogadores pediriam ao banqueiro dinheiro simplesmente para rodarem os dados, sem investirem, nem pagarem nas casas e hotéis que passam. Um verdadeiro LockDown! Dada esta situação, que provavelmente nem a Charles Darrow, criador do famoso jogo, ocorreria, só haveria uma pessoa capaz de evitar a troca dos dados por um soturno comando. Essa figura, escolhida de forma algo aleatória no início do jogo, sem grande função aparente, é o banqueiro. O banqueiro, que aqui figura o Estado e o Banco Central, numa ligação umbilical (apesar de serem, na sua generalidade, independentes) seria o principal impulsionador do retomar económico. Uma frase que arrepiaria o Liberalismo de Thatcher, por exemplo, mas necessária, já que as vertentes económica e social necessitam de um “empurrão” e, nalguns casos, de um “abanão”.

Aos bancos centrais, neste contexto, é-lhes exigido a minimização dos custos de acesso ao crédito, com a redução das taxas de juro, a medida expansionista mais convencional. Alguns bancos centrais, nomeadamente o BCE, que privilegiam o controlo da inflação, apresentavam taxas de juro em terreno negativo no dealbar desta crise, devido essencialmente às políticas adotadas na crise do *subprime*, pelo que tiveram que explorar outras possibilidades. A principal alternativa encontrada foi o “*quantative easing*”, que nada mais é que uma maciça injeção de dinheiro com vista à redução das *yields*, quer das dívidas soberanas, quer do papel comercial de empresas não financeiras. Jay Powell, que elevou o balanço do FED ao mais elevado valor de sempre, fruto desta ação, afirmou que as políticas monetárias só serão eficazes se forem acompanhadas por fecundas políticas orçamentais, algo repetido pela homóloga europeia, Christine Lagarde.

Deste modo, aparecem os Estados soberanos, enquanto decisores e aplicadores das tão necessárias políticas orçamentais de que falamos. Têm como principal função a de ajudar e, diria até, de proteger as PME e determinadas empresas estratégicas, bem como de evitar que os trabalhadores sofram despedi-



Créditos: Tomás Paiva

mentos ou quebras substanciais nos seus rendimentos. No fundo, o objetivo passa por tratar do lado da oferta e da procura simultaneamente, um “*trade-off*” complexo e que foi imposto, por exemplo, a Roosevelt na Grande Depressão. Existem várias medidas importantes a serem implementadas pelos Estados,

Esta crise é uma peça de teatro que não permite ensaios, muito menos falhas

nomeadamente ao nível do financiamento da atividade privada. A mais gritante e utilizada é, sem dúvida, a linha de crédito criada para auxiliar ao nível de tesouraria e/ou fundos de maneio das empresas. É crucial a intervenção estatal nesta matéria. Por um lado, para evitar uma certa aversão ao financiamento por parte dos bancos comerciais e, por outro lado, acautelar a chegada de novas temporadas da série “Fundo de Resolução”. Ainda em matéria da oferta privada, é vital proteger determinados setores, nomeadamente o da aviação. As companhias aéreas foram confrontadas, simultaneamente, com um bloqueio na generalidade das rotas internacionais e uma quebra na procura das pontes entre aeroportos nacionais. Dada esta situação, existem várias atuações possíveis: a italiana, que se prepara para nacionalizar a Alitalia, e a norte-americana, que concedeu planos de resgate às empresas aéreas perante determinadas condições. Por cá, Mário Centeno não afastou a hipótese de aumentar a participação do Estado no capital da TAP, caso seja necessário. Até porque, e parafraseando Chaplin, esta crise é uma peça de teatro que não permite ensaios, muito menos falhas.

Ao mesmo tempo que tratamos da oferta, teremos de nos focar, também, na procura, nomeadamente na contenção das taxas de desemprego e da quebra de

rendimentos. Aqueles que, por força maior, ou para sua própria segurança, ficarem em casa deverão receber por parte do Estado ou das entidades patronais uma parte do seu rendimento, a fim de garantir, no mínimo, a sua subsistência. O Financial Times reportou que cerca de ¾ dos americanos sofreram quebras significativas no seu rendimento, números que não se afastam muito da realidade europeia. Em resposta a esta crise, Washington, a meses das eleições, decidiu distribuir diretamente à população cheques com a assinatura de Donald Trump. Ninguém dirá, porém, que se trata de uma medida eleitoralista, até porque seria um ato de tal estultícia que nem a Trump ocorreria.

Após estas medidas, que devem ser rápidas e eficazes, é expectável o retomar da economia. Contudo, esta expectativa conduziu à enumeração de várias teses tão interessantes quanto inquietantes. Desde curvas em L a curvas em V, na verdade, a definição do trajeto da recuperação dependerá da sagacidade e frieza quer dos aparelhos de Estado, quer da própria população. Até porque, importa referir, o civismo e prevenção das pessoas é crucial nesta crise, que não tem origem financeira, mas sim sanitária.

Por fim, após várias voltas ao Monopoly, depois dos Rossios, das Ruas Augustas e das Praças da Liberdade estarem restabelecidos, dos postos de emprego estarem recuperados, do consumo reequilibrar, vai ser necessário recompor o “banqueiro” que financiou toda esta recuperação. O *Institute of International Finance* estima uma dívida pública global de 253 biliões de dólares, três vezes o PIB global, só até setembro. A dívida pública italiana pode alcançar, imagine-se, os 153% do PIB. A grega, os 200%. Leu bem, 200%! A espanhola passará os 113%, a par da francesa, e a portuguesa alcançará os 135%. Valores substanciais e que nos permitem, com toda a legitimidade, formular a seguinte questão: estaremos nós, com todas estas medidas expansionistas, a escalar um novo tsunami das dívidas soberanas?

COVID-19: duro golpe numa economia global que já cambaleava

Os números não mentiam. Entretanto, a euforia dos mercados camuflava a crise financeira que já era avistada por alguns no horizonte.



Opinião
de Vinícius Pereira de Paula

O novo coronavírus impôs ao mundo um grande desafio: reduzir o contacto entre humanos para conter o seu avanço. A medida levou à diminuição das transações comerciais e à queda de produtividade em todo o globo. O impacto económico é já sentido e previsões de uma nova recessão económica são amplamente divulgadas. Mas a nova depressão não foi causada pelo microorganismo. Não o culpe.

Já no final da década, os dados indicavam o fim de um ciclo de mais de 10 anos, porém, com problemas mais graves. O Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou, em 2018, que o nível de endividamento público e privado das nações havia alcançado os incríveis US\$ 188 biliões, menor apenas que a dívida contraída durante o período da Segunda Guerra Mundial, como divulgado pelo 'El País'. O alto endividamento juntava-se ao declínio sistemático do PIB em todo o mundo, a gerar uma relação global média de 226%.

E por que razão isso seria preocupante? Segundo o FMI, o alto endividamento deixa os países vulneráveis. De acordo com a instituição, a dívida pública entre as economias avançadas, em 2018, já era 90% maior que a do cenário pré-crise de 2008. E não se pode falar em dívida sem a atribuir à última depressão, na qual os governos e empresas apelaram às baixas taxas de juros e ao alongamento dos empréstimos.

Outro indício estava na valorização do ouro a partir do fim de 2018. Historicamente, o metal é valorizado em cenários de contração. E o neófito bitcoin, concebido para ser um ativo resistente às crises, não ficou atrás, entrando num novo ciclo de alta. Além disso, outros problemas geravam incerteza no horizonte: o "Brexit", a guerra comercial entre os EUA e China e a fragilidade dos bancos em todo o mundo revelavam agonia na conjuntura económica.

A necessidade de aumentar ainda mais os gastos governamentais para conter a pandemia encontra agora o desafio de ter de amparar empresas e trabalhadores em todo o globo

Todavia, na contramão dos números, o bom ânimo por parte dos investidores gerava efervescência nos mercados e camuflava os problemas. A bolsa americana bateu recordes; ações de empresas que vivem de crédito e pouco ou nenhum lucro valorizaram. No Brasil, a expectativa do novo governo, liberal, desviou os maus ventos além do Atlântico e, em 2019, mais de 700 mil novos investidores chegaram à bolsa, que alcançou os 100 mil pontos pela primeira vez na sua história.

Porém, muito desse crescimento deve-se às ações



Créditos: Romana K. R. / Pixabay

dos bancos centrais em todo o mundo, que se têm esforçado para injetar liquidez no mercado, comprando dívidas, a fim de impedir quebras. E o anúncio da inversão da curva de juros americana em agosto de 2019 ativou, finalmente, a desconfiança de uma recessão. De facto, as coisas não estavam a andar bem.

Com o presente chinês na entrada da década, a economia, que já respirava por aparelhos, foi obrigada a poupar energia. E isto é mau para quem já não tinha muita saúde. A necessidade de aumentar ainda mais os gastos governamentais para conter a pandemia encontra agora o desafio de ter de amparar empresas e trabalhadores em todo o globo. Tudo indica que 2020 e 2021 serão anos perdidos para o crescimento económico, mas isto aconteceria de qualquer maneira, pois os tempos de expansão já estavam no seu fim.

COVID-19: the global pandemic that put the economy on its knees

The data is clear: the economic impact of the new coronavirus is the greatest ever caused by an epidemic.



Yasmin Amaral

SARS-CoV-2, scientifically named COVID-19, emerged in China, when the Wuhan Municipal Health Commission reported 27 cases of pneumonia of unknown origin. Since then, the virus has spread rapidly across entire continents and has accumulated thousands of deaths and infections.

According to a study by Bain & Company, the losses caused by COVID-19 could exceed \$ 70 billion for China, indicating a reduction of up to 0,5% of its gross domestic product (GDP), greater than that of all previous outbreaks. In Italy, with the end of all non-essential productive activities and all the chaos caused by the virus, the GDP could fall by 3% in the first quarter and 5% in the second. In the United States, the new epicentre of the epidemic with more than 100,000 infected, Trump declares: "The world is at war with a hidden enemy".

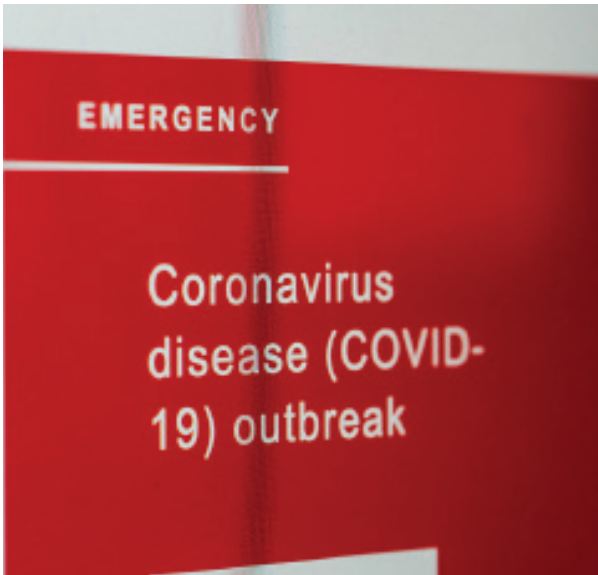
In the financial markets, the reaction to the epidemic was intense. In Europe, the main indices have dropped everything that had risen last year, around 25%, as for example the case of the German index DAX-30, which reached historical highs in 2019. The main North American indices, which include the main companies in the United States, fell by 17% in three weeks compared to the maximum values this year. During the outbreak, stock markets have already lost five billion dollars worldwide.

Almost all sectors are being affected, such as Tourism and Hospitality, Oil and Gas, Automotive and Consumer Products. The Coachella and Stagecoach music festivals have been postponed; even the 2020 Summer Olympics in Tokyo, an event eagerly awaited by both the public and athletes, has been postponed to 2021.

The European economists are unanimous on one issue: a major recession is coming

One of the first sectors to be hit was aviation. US flight bookings to all regions of the world have fallen sharply. There was a 98,1% drop in flights to Asia, 31,9% to Europe and 22,6% to Africa and the Middle East. The index that follows aviation companies in Europe has already sunk more than 30% since the beginning of the year, and all flights from Europe to the United States are prohibited for 30 days. Shares in companies like Delta and United Airlines fell by around 10%, Britain's Flybe went bankrupt; all collapsing in the face of the enormous crisis that has been taking place in the world.

With all this doom and gloom at the kick-off of the decade, the European economists are unanimous on one issue: a major recession is coming. According to



Créditos: Markus Spiske / Unsplash

the chairwoman and managing director of the International Monetary Fund (IMF), Kristalina Georgieva, "It is now clear that we have entered a recession as bad or worse than in 2009". A dismal prospect for a year in which Brexit financial stabilization and reduction of tension between the US and China were expected. We still do not know the exact extent that this crisis can take, but we do know that it will take a long time for the economic world to fully weather the storm.

Coronavirus: the new Great Recession?

Nowadays, we are living through a unique crisis on several levels, that started as a public health problem but quickly spread to the economy and society. The consequences triggered by the COVID-19 crisis are undeniable, so comparisons with the last big crises are inevitable.

 Clara dos Reis

Thus, we take a closer look at these events that travelled to us through our collective memory, leaving their marks in the actual theoretical and practical conceptions of economic politics and science. Observing past economic disasters such as the Great Depression (1929) and the Great Recession (2007-08), one of the first visible indicators of the start of a crisis is the negative behaviour of the Dow Jones Industrial Average (DJIA). With the Great Depression, this index fell 89% from its pre-crisis peak in September of 1929, taking 25 years to reach that same level again. During the Great Recession, the fall was less severe, 49%, and the markets took approximately 4 years to recover completely. Since the 12th of February, due to the Coronavirus pandemic, DJIA has been falling, crashing 35% since the 22nd of March— opening doors, as the experience has shown us, for a new economic crisis. In fact, an accentuated drop in the exchange market has typically proven to be a precedent for major economic shifts. Lower levels of market activity, either in demand or supply, fiscal imbalances, bankruptcy, and rising rates of unemployment are some of them, leading to acute social problems.

It is evident that there have been discrepancies between the positions of the governments

Today, besides the health care system issues already visible, other consequences will arise, creating a snowball effect. However, the idea that we are facing a new Great Recession still rests in conjectures, and some projections seem to suggest a more positive wave. On the 25th of March, Ben Bernanke, ex-president of the Fed (Federal Reserve), defended, in an interview to CNBC, that what we face is more likely to be a big “snowstorm” than a major recession like we saw in the ‘30s or one decade ago. Consequences will be severe, but recovery must be quick. It is important to note that the 1929 and the 2008 crises both have the burst of speculative bubbles in common, indorsed by an uncontrolled incentive to credit. This implies that they are based on internal economic factors. On the contrary, the Coronavirus crisis results from external factors. Therefore, trust of economic agents in the market might rise faster, depending on a well thought out and rapid prevention of future economic consequences.

Policymakers and state leaders are already anticipating these consequences. As Angel Gurría, Secretary-General of OECD, stated on the 21st of March, countries affected by Coronavirus should pursue the Marshal Plan (1947-1952) goals alongside with a New Deal (1933-1936) vision. This means there is a perceptible need to develop a socio-economic recovery project, surely less intense but no less imperative than the post-World War II scenario required, reinforced with public work projects, social protection, financial reforms and stronger economic statism, similar to the actions undertaken during the Great Depression. In fact, what Gurría proposes is a transversal stimulus to the economy and an anti-cyclic political response.



Créditos: Gerd Altmann / Pixabay

In the United States, for example, Trump signed off on a \$2.2 trillion economic rescue package on the 27th of March, to fund efforts towards defeating the virus and protecting the labour, health and economic systems. Across Europe, similar measures are being approved. On the 9th of April, the Eurogroup announced an emergency fund of €540 billion to protect member states’ economic sectors and promote convergence, whereas an extra stimulus package is still being discussed. But a brittle financial situation boosted by high levels of public debt, particularly in southern Europe, might raise the dependency of this region on international solidarity.

At the same time, it is possible to recover some practical ideologies from the Great Recession, more related to monetary policy, to prevent major costs. Numerous central banks announced liquidity injection programs in the financial sector, including a coordinated action between the Fed and the ECB (European Central Bank). Additionally, the Fed indorsed a sudden cut of the federal funds rate to near-zero and an unlimited program of Quantitative Easing by way of hundreds of millions of dollars. The ECB promoted a Purchase Programme (PEPP) of €750 billion, covering government debt and private securities before the end of 2020, abandoning the limits associated with it, which were defined during the previous crisis. It also announced the easing of conditions for targeted longer-term refinancing operations (TLTRO III), currently negative.

Nevertheless, while an idyllic scenario is based upon international cooperation and coordination, it is evident that there have been discrepancies between the positions of the governments of some of the world’s most affected regions. Coronabonds, a mechanism of debt mutualisation, are widely desired by several Eurogroup countries, but an agreement on this topic has not yet been reached. Despite different ways of dealing with the pandemic, the fundamental ideologies across the world seem to be consensual: monetary policy can help but must be combined with a strong fiscal policy, focusing on health care systems and employment protection, not forgetting that the starting-point of socio-economic institutions differs geographically.

Hence, reflections about political and economic systems emerge. The way peoples’ lives and labour structures are organized moulds the way in which society is impacted by a factor that directly influences these structures, as is the case with COVID-19. Most economies, from Chinese Socialism to American Capitalism, are built upon massification of industries and production, as well as a high dependency on globalization, which helped to massify the virus propagation. Yet, the process of dealing with the dissemination of the disease proved to be different. Not only in China but across Asia in general, agility paired with powerful regulation and monitoring (allowed by the widespread use of technology and private data access systems), culminated in a relatively apparent good level of disease containment. Western capitalist cultures seem to struggle more, particularly the USA, Italy and Spain, surpassing the number of infected individuals and deaths registered in the pandemic epicentre. This can be related to the underestimation of the effects by both public and private agents, leading to a late government response. In a posterior phase, worldwide inequalities may be emphasised by the weaknesses of several health care systems, seemingly fragile in some European and South American countries, or mostly privatized, like in the United States.

Monetary policy can help but must be combined with a strong fiscal policy

But we need to consider that, at this moment, the numbers-based assessment is deeply fallible, as is the accurate reasoning of this issue, due to its novelty. Despite the diverse spectrum of actions, what we know is that the cost of a passive government is high. Efforts around the globe have shown that states haven’t been inert. Nonetheless, it is important to note that the altruistic goal of saving human lives is simply masking the greatest goal of all, to protect the life of the economic system.

Entrevista a Elisa Ferreira

Os desafios da coesão europeia na resposta à pandemia



Créditos: Lukasz Kobus / Serviço Audiovisual da Comissão Europeia

Elisa Ferreira é, desde 2019, a comissária europeia para a Coesão e Reformas. Licenciada em Economia pela FEP (1977) e mestrada e doutorada pela Universidade de Reading (Reino Unido), a sua carreira é, desde cedo, pautada por uma grande participação pública. No seu longo percurso profissional, destacamos o trabalho que desempenhou enquanto ministra nos dois governos de António Guterres (1995-2002) e a sua larga experiência como eurodeputada, função que desempenhou entre 2004 e 2016, integrando a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários em todo o período. Destacamos ainda a sua nomeação para administradora do Banco de Portugal, em 2016, e para vice-governadora no ano seguinte, cargo que desempenhou até à sua nomeação para a Comissão Europeia. Como reconhecimento de todo o seu mérito, em 2013, foi-lhe atribuído o Prémio Carreira FEP.



Entrevista
por Duarte Brito e João Tavares

A Prof.ª Elisa Ferreira é licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, onde também veio, mais tarde, a ser professora auxiliar. Considera que a sua passagem pela FEP foi determinante no caminho que percorreu posteriormente?

Sem dúvida que a minha passagem pela FEP foi determinante para a minha vida, e não apenas para a minha carreira profissional.

Tive a felicidade de ter estudado na FEP num período extremamente intenso da história portuguesa, o qual inquestionavelmente marcou a minha formação cívica e política. Tive, igualmente, a sorte de ter convivido com um conjunto de docentes que, para além de excelentes no plano teórico e académico, tinham uma enorme experiência prática, adquirida durante anos de colaboração em grandes e pequenas empresas, em bancos ou em seguradoras. Esta capacidade de ligação da academia à prática foi uma das grandes virtudes da Faculdade de Economia do Porto.

Quando ingressei na Faculdade, Economia era um curso ainda em construção, sem instalações próprias, gerindo um conjunto de salas cedidas no edifício da atual Reitoria, com partilha de professores e infraestruturas com outras Faculdades, nomeadamente Engenharia e Ciências para as cadeiras de Matemáticas. Também esta dimensão de acompanhamento do crescimento progressivo e rápido de toda uma escola foi enriquecedora.

Depois da licenciatura, mantive-me ligada à Faculdade, primeiro como Assistente e mais tarde como Professora Auxiliar. A FEP encorajou-me, numa articulação invulgar com a Comissão de Coordenação da Região do Norte, a fazer um Mestrado seguido de Doutoramento (no Reino Unido) numa área pioneira na altura: a problemática da integração europeia na perspetiva económica, tema esse que acabou por me acompanhar durante toda a minha vida profissional.

A abertura da Faculdade de Economia – e da própria Universidade do Porto – ao mundo exterior, quer no contexto regional quer nacional e internacional e não apenas no foro estrito da academia, foi, a meu ver, uma aposta ganhadora que se reflete na projeção e serviços prestados à comunidade por tantos dos seus docentes, ex-docentes e ex-alunos.

A recente saída do Reino Unido da UE causará grandes impactos para ambas as partes. Qual será a magnitude destes impactos para a União Europeia e, em específico, para os fundos disponíveis para a coesão?

O impacto será inevitavelmente negativo, não só para a União Europeia, provavelmente mais para o próprio Reino Unido. É claramente uma situação de “lose-lose” ou dupla perda. Mas espero que mesmo assim seja possível limitar os danos, tudo dependendo do detalhe dos acordos que estão a ser negociados. Será negativo, à partida, para o Reino Unido, que perde os benefícios de pertencer ao maior bloco comercial do mundo, incluindo o acesso ao mercado interno europeu com os seus 450 milhões de cidadãos e às dezenas de acordos comerciais internacionais da União Europeia. Mas naturalmente que é também uma perda para a União Europeia, pois o Reino Unido contribuía de forma singular para o projeto comum. Além de ser um dos maiores Estados Membros, o Reino Unido trazia a força dos seus serviços financeiros, a tradição e experiência diplomática, a excelência das suas universidades e um modo de estar estimulante, ativo e exigente. Confesso que, pessoalmente, me entristece muito – até porque vivi no Reino Unido e fiz lá parte do meu percurso académico – e que tenho mesmo alguma dificuldade em entender alguns argumentos dos partidários da saída que me pareciam bastante fora da realidade. Mas foi essa a decisão tomada, temos de a respeitar e continuar os caminhos. Espero agora que seja possível negociar um acordo com o Reino Unido que lhe permita permanecer tão próximo da UE quanto